

INCLUSÃO ESCOLAR ENQUANTO ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO: O DIAGNÓSTICO E SEUS EFEITOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

CAMILA BOTTERO CORRÊA¹; KAMILA LOCKMANN²

¹Universidade Federal do Rio Grande – FURG – camilabttc@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande – FURG – Kamila.furg@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A temática da inclusão escolar vem sendo importante de ser problematizada por ocupar espaço central nos discursos educacionais contemporâneos. A mesma vem se propagando, por meio das políticas públicas, como uma possibilidade de garantia de direitos individuais, principalmente, a partir da obrigatoriedade do ensino regular para todas as crianças independente de qualquer característica ou “deficiência”. Com esta obrigatoriedade todos que estavam excluídos da escola regular possuem agora o direito de estarem incluídos neste espaço. Porém, embora esses discursos garantam o acesso dos sujeitos na escola regular os mesmos não garantem que práticas de exclusão deixem de acontecer mesmo dentro desses espaços. Por isso, para dar conta da complexidade desses processos utilizamos o termo in/exclusão de Lopes (2013) com o entendimento de que tanto a inclusão quanto a exclusão fazem parte de uma mesma lógica que em alguns momentos os sujeitos estão incluídos e em outros estão excluídos.

Nesta escola, que oferta uma “educação para todos”, percebe-se certa dificuldade do professor em trabalhar com os sujeitos que vem ocupando este espaço escolar. Esta dificuldade está vinculada a necessidade que os professores sentem de conhecer os sujeitos que não possuem o comportamento dito “normal” diante das regras escolares impostas. A partir dessa incessante vontade de conhecer quem são esses sujeitos, vemos o quanto à educação vem se apropriando dos saberes médicos produzidos, que cada vez mais vêm se proliferando, classificando e rotulando os sujeitos sociais por meio dos diagnósticos.

Essas nomeações e classificações vêm sendo produzidas e tem se proliferado como uma forma de posicionar sujeitos como “anormais”. Esses diagnósticos então, que trazem um saber científico sobre quem é esse sujeito e quais suas capacidades não só produzem um efeito disciplinar sobre o corpo do sujeito incluído como também vão produzir um discurso que expressa uma verdade sobre esse sujeito entre a população.

Os diagnósticos, desse modo, não só vêm tornando esses sujeitos conhecidos nos espaços que circulam a medida que especificam suas “anormalidades” como também justificam as intervenções feitas nas formas de agir para aproxima-los do padrão de normalidade seja por meio técnicas disciplinares e/ou por meio da medicalização.

Assim compreendemos que a Inclusão Escolar se constitui como uma estratégia de governo, que age sobre as condutas dos indivíduos, para controlá-los e desse modo governá-los. A inclusão governa assim, tanto por meio do poder disciplinar que age sobre o corpo individual, moldando condutas e ajustando as formas de ser a um padrão inventado de normalidade, como também por meio da biopolítica. Essa tecnologia de poder “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder.” (FOUCAULT, p.293, 1999)

A biopolítica, portanto, busca gerenciar todo e qualquer risco à população. Nesta pesquisa, o risco que ela pretende gerenciar refere-se a própria anormalidade desses sujeitos que pode ameaçar a ordem e a tranquilidade tão desejada pela sociedade moderna. Desse modo, a inclusão escolar se constitui em uma estratégia de governo em que as operações de normalização são convocadas a trazer os indivíduos para a zona de normalidade, gerenciando assim, os riscos que tais sujeitos podem produzir a si mesmos e aos outros.

2. METODOLOGIA

A fim de compreender como a produção e a proliferação do diagnóstico vêm constituindo e regulando as práticas escolares, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa que utilizou como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada a ser realizada com três professoras do ciclo do Ensino Fundamental e uma professora da sala de recursos em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no município de Rio Grande/RS que tem em suas turmas e atendem alunos incluídos que possuem um ou mais diagnósticos. Esta escola foi escolhida para desenvolver tal pesquisa por ser uma das primeiras escolas a incluir alunos na Rede de Rio Grande, antes mesmo da lei que regulamenta a Educação Inclusiva, de acordo com a Secretaria de Município da Educação (SMED). Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante a obrigatoriedade da Inclusão das crianças independente de qualquer característica ou “deficiência” na escola regular, percebemos a partir da análise das entrevistas realizadas com professoras que possuem alunos incluídos com um ou mais diagnósticos, que num primeiro momento as entrevistadas demonstram uma necessidade de se ter um laudo ou um diagnóstico, como é possível visualizar na fala a seguir:

[...]é uma turma inteira assim de alunos especiais né, cada um na sua particularidade porque no momento em que eles não conseguiram se alfabetizar a tempo eles tem algum problema seja neurológico, seja psicológico, seja social né, mas todos tem algum problema porque senão eles teriam ido adiante. (Entrevista PF1, 11 de junho, 2014)

Nessa fala percebe-se que há uma busca por um diagnóstico que justifique a falta de aprendizagem desses sujeitos, o que mostra um primeiro movimento do processo de medicalização, qual seja, localizar o problema de aprendizagem no sujeito e identifica-lo como doença, desconsiderando a complexidade de situações que podem contribuir para produzi-lo. Maria Aparecida Moysés (2008, p.3) diz: “o que não vai bem, o que não funciona como deveria... Tudo é transformado em doença, em problema biológico e individual. A medicalização é fruto do processo de transformação de questões sociais, humanas em biológicas”.

Após esse primeiro movimento da medicalização percebemos a busca por um processo de normalização desses sujeitos, que pode ser evidenciada na fala a seguir:

[...]a gente chama a mãe, a gente, eu como orientadora na outra escola sei bem como é que é, a gente chama a mãe, a gente marca a consulta, eles levam o papel direitinho assim aonde tem que ir, o horário que tem que ir, tu quase que dá a passagem, mas elas não vão e se vão no primeiro momento assim que existe uma medicação elas não dão porque “o meu filho não é doente”, então tem o problema da aceitação assim que pra mim é a maior barreira. (Entrevista PF1, 11 de junho, 2014)

Fica expresso aqui o modo como o diagnóstico vem operando sobre esses sujeitos à medida que a medicalização aparece como modo de “corrigir” ou gerar um efeito “normalizante” nos sujeitos “anormais”. Esse, podemos dizer é um segundo movimento dentro do processo de medicalização dos sujeitos. Desse modo, os processos de normalização vão consistir em “fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis.” (FOUCAULT, p.83, 2008)

Assim, o que se tem não é uma discriminação entre o normal e o anormal, mas sim uma aproximação desses sujeitos a um padrão inventado de normalidade, “uma identificação do normal e do anormal.” (FOUCAULT, p.82, 2008)

Além desses dois primeiros movimentos, outros aspectos importantes apareceram em meio as entrevistas realizadas. Um deles refere-se a forma que esse diagnóstico vem contribuindo ou não para o desenvolvimento da prática pedagógica. Porém, se por um lado percebemos que as professoras expressam a necessidade de se ter um diagnóstico, por outro elas enunciam que em se tratando do desenvolvimento da prática pedagógica ele torna-se irrelevante ou indiferente. Conforme as falas das entrevistadas o laudo não apresenta utilidade pedagógica:

[...]não me diz nada, não me diz nada... Claro, assim né, essa menina que eu tenho a Manu, que eu fui fazer, assim, quando ela veio com aquele laudo pra mim eu olhei a doença que ela tinha, fui pro google pra saber assim, quais eram as características né, pra estudar mais sobre a doença dela, mas pra mim não me atingiu em nada, assim, o que me atingiu, o que eu levo em conta é a observação diária que eu tenho dela né, mesmo porque a cada aspecto que acontece na vida dela ela vem diferente; agora ela ganhou uma maninha então ela não tá sabendo lidar com isso, então ela tá completamente fora da casinha, ela tem piorado bastante né, então assim pra mim aquele laudo não é uma coisa fixa né, pra mim o que acontece com ela é o dia-a-dia e na observação[...] (Entrevista PF1, 11 de junho, 2014)

[...]é o interesse dela que naquele momento ela não vai fazer outra coisa se não fizer aquilo ali entendeu? E ela conhece os alunos da escola através do refeitório, através do recreio, ela beija todo mundo, ela pergunta como é que tu tá entendendo? e isso eu percebi quando eu estudei a síndrome dela [...] é entendeu tem um laudo que me disse o que que ela tinha cabe a mim da uma estudada pra mim, me ajuda a me direcionar, me direciona, mas assim ó o que eu quis dizer é que pra mim o laudo é indiferente é que assim ó eu não vou tratar aquele aluno diferente dos outros por ele ter um laudo entendeu? daí é indiferente, é bem isso. (Entrevista PF2, 11 de junho, 2014)

Nas falas destacadas percebemos que o laudo de certa forma rotula os alunos considerados “anormais” construindo uma “verdade” sobre o aluno e suas capacidades. Sua utilidade é ressaltada na ajuda de um olhar diferenciado que o diferencia perante os outros alunos “normais”, justificando a não aprendizagem desses sujeitos e as suas formas de agir. Além disso, outro aspecto interessante de ser analisado nessas falas refere-se a busca de um conhecimento sobre aquele diagnóstico que foi produzido. As professoras buscam formas de conhecer as características daquela síndrome ou daquele transtorno, como se, por meio disso, fosse possível caracterizar a criança e suas possibilidades ou não de aprendizagem. Parece haver aqui um movimento de apagamento da criança, em prol do aparecimento do diagnóstico.

4. CONCLUSÕES

Importa ressaltar que esta pesquisa encontra-se em andamento, sendo que o que apresentamos nesse trabalho são algumas análises iniciais do material empírico.

Com este estudo não estamos nos posicionando contra ou a favor a Inclusão e nem mesmo dando uma conclusão ou uma resposta definitiva para o problema de pesquisa construído, mas sim procuramos direcionar um olhar mais atento aos discursos em torno do diagnóstico que constituem “verdades” sobre quem são esses sujeitos e como esses discursos estão presentes também nas práticas pedagógicas que vem sendo desenvolvidas nas escolas regulares. Destacamos ainda que compreendemos tais práticas enquanto estratégias de governamento que conduzem as condutas de cada sujeito individualmente, assim como gerencia os efeitos que ele pode produzir no âmbito coletivo da população. Concordamos com Bujes (2006, p. 222) quando ela destaca que “Através de uma microfísica do poder, tais mecanismos, fazem as conexões entre o indivíduo e o todo do qual faz parte, articulando ‘o singular e o plural.’” (BUJES, 2006, p. 222).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Outras Infâncias? In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Educação e Cultura Contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens**. Canoas: Editora da ULBRA, 2006. P. 217-232.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LOPES, Maura Corcini. FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MOYSÉS. Maria Aparecida Afonso. **A medicalização na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e as políticas de formação docente**. A medicalização do não aprender na escola e a invenção da infância anormal. ANPED: Caxambu, 2008.